

Crescimento – Do milagre à estagnação

Mário Henrique
Simonsen *

Entre 1950 e 1980 o Brasil cresceu 7% ao ano, em média. Na década de 1980, a taxa de aumento do PIB real caiu para 2,8% a.a., apenas um pouco acima da taxa de expansão demográfica. Essa cifra leva à classificação de que, para nós, a década de 1980 foi uma década perdida. Entramos em 1990 com baixo crescimento e à beira da hiperinflação, segundo os mais otimistas. Que lições podemos tirar da experiência dos últimos 40 anos? Estamos vocacionados ao crescimento ou à estagnação?

A verdade é que crescimento não é o resultado de vocação, mas de organização política e econômica. A Coreia, durante séculos, parecia vocacionada à estagnação. A partir de 1960 transformou-se num dos exemplos mais admiráveis de crescimento econômico. Em compensação, a Argentina, que em 1940 era país desenvolvido, retrocedeu ao subdesenvolvimento nos últimos 40 anos. O Brasil cresceu 7% ao ano entre 1950 e 1980 por uma razão simples: crescimento era a palavra de ordem para a sociedade e seus governantes e, nesse ponto, civis e militares viviam na mais perfeita concórdia. O crescimento, como sempre, se baseou em poupança e incentivos a investir, à moda da época. Muito do que era moda caiu em desuso, como a substituição de importações, mas, numa perspectiva histórica, é preciso compreender que tudo tem o seu tempo.

A estagnação da década de 1980 é o resultado de duas fases: uma contração cíclica seguida de uma marcha na contramão da história. A contração cíclica abrange o governo Figueiredo, que começou querendo reeditar o milagre do governo Médici, esquecendo-se da segunda crise do petróleo e da escalada internacional da taxa de juros. A partir de 1981 não restou ao governo outra alternativa senão uma guinada de 180 graus, o que não foi o suficiente para evitar a crise da dívida externa no final de 1982. Apesar disso, em 1984 o Brasil estava ajustado internacionalmente, com um superávit comercial de US\$ 13 bilhões e, mais ainda, com o produto real crescendo 9% a.a. no segundo semestre.

A marcha na contramão da história foi a tônica da Nova República. Em 17 de março de 1985, com Tancredo Neves hospitalizado, a ordem era "é proibido gastar". O desfecho foi uma ganstança sem precedentes, não em

investimentos, à moda de Kubitschek ou Geisel, mas em consumo, numa confusão entre democracia e a fábula da galinha dos ovos de ouro. A essa altura, o próprio governo inventou o efeito Orloff, ou seja, imitar aqui o que se fazia na Argentina. O ponto de partida foi o Plano Cruzado, um belo filhote do Plano Austral. O erro de concepção era a idéia do moto contínuo em física: a de que algum PhD genial é capaz de criar a fórmula de enriquecer sem fazer força, não apenas na escala individual, mas na coletiva. O resultado é o que se viu. Pior, diante do fracasso, o governo simplesmente resolveu repetir a experiência com o Plano Bresser e o Plano Verão.

Os valores que o mundo desenvolvido resolveu cultivar na década de 1980, a estabilidade de preços, a reputação do setor público, a internacionalização da economia e a melhoria da produtividade via competição foram inteiramente esquecidos pela Nova República. Praticamos a inflação desabrida,

O crescimento não é vocação mas resultado de organização política e econômica

com o ridículo de duas reformas monetárias em menos de três anos. Desenvolvemos a ética da moratória, ao invés de aceitarmos, como a Coreia, que os choques internacionais ora são a nosso favor, ora contra nós. Consagramos a reserva de mercado e os cartórios empresariais. E, demo-nos ao luxo de promulgar uma Constituição avessa ao capital estrangeiro, como se ele precisasse do Brasil para sobreviver.

Diante de tanta alienação romântica, não é surpresa que o Brasil tenha parado de crescer. A indagação é por quanto tempo, e aí é preciso acabar com o ufanismo, se é que queremos voltar a crescer. O Brasil dispõe de vastos recursos naturais, de um empresariado pujante, é a oitava economia do mundo ocidental e tudo o mais que se queira. Só que isso não necessariamente define vocação para o crescimento. A primeira condição para a retomada do desen-

volvimento é voltarmos a pensar como todo o mundo civilizado pensa.

Para começo de conversa, precisamos ter uma moeda para nos tornarmos um país respeitável. Inflação de 40% ao ano com indexação era uma idéia tolerada internacionalmente na década de 1970. Hoje, é julgada como um equilíbrio instável ou, pelo menos, como um sintoma de desperdício. O pior é que, nessa altura, discutimos se inflação de 50% ao mês é ou não hiperinflação, havendo otimistas que dizem que tudo vai funcionando porque os ricos usam uma moeda indexada, a LFT. Fora o bizantinismo da discussão sobre o que é hiperinflação, a idéia de que um país pode viver com duas moedas, a LFT para os ricos, o cruzado para os pobres, reflete muita futilidade e muita crueldade. Se o novo governo acabar com a inflação, poderemos voltar a crescer. Não nos dois primeiros anos da nova administração, pois nunca se viu um combate à inflação bem-sucedido que dispensasse uma recessão transitória. Mas, pelo menos, a partir de 1992, quando a economia poderá estar ajustada, descartorializada e internacionalizada. A primeira condição para isso é que o governo não tente ser superimaginativo em matéria de administração econômica. O Brasil precisa mais de administradores de economia doméstica do que de gênios que tentem descobrir a pedra filosofal.

Segundo, precisamos reformar o Estado no sentido da simplificação: menos Cacex, menos CIP, menos CDI, menos CPA, menos SEI, e muito mais lei da oferta e procura. O sistema de preços, além de economizar um exército de burocratas, não aceita propinas.

Terceiro, precisamos nos integrar com o Primeiro Mundo, pois o Segundo anda sendo desmontado pelo próprio Gorbachev, e o Terceiro anda na mais completa orfandade.

Quarto, o Estado deve prover o que lhe compete: infra-estrutura, educação, saúde e não se meter a fogueteiro como empresário.

Se o novo governo adotar toda essa agenda, que requer muitos sacrifícios numa primeira etapa, aí, sim, o Brasil voltará a ser um país com vocação para o crescimento.

* Mário Henrique Simonsen, economista, foi ministro da Fazenda de 1974 a 1979, último período de crescimento econômico constante da história do país. A década de 80 começou com recessão e termina em estagnação.